

## PERFIL SOCIOPOLÍTICO DOS RELATORES NA COMISSÃO DE AGRICULTURA E REFORMA AGRÁRIA (CRA) DO SENADO FEDERAL (2005/18)

Wesley Rodrigues Santos Ferreira<sup>1</sup>  
Bruno de Castro Rubiatti<sup>2</sup>

### Resumo

Este artigo busca fazer uma caracterização do perfil sociopolítico dos relatores da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária (CRA) do Senado Federal entre os anos de 2005 e 2018. O relator é o responsável pela qualidade das informações coletadas e pela qualidade do parecer dos projetos de lei, e de encontrar um parecer ótimo entre as preferências observadas no plenário da comissão. Ademais, com este trabalho, pretende-se contribuir para o entendimento do sistema de comissões brasileiro, pois, dados empíricos apontam para a crescente participação das comissões no processo legislativo, inclusive delegações de poder de decisão final, sem a anuência do plenário (poder conclusivo/terminativo) e de um grau de alterações (poder positivo). Também visa contribuir para o entendimento do Senado Federal, posto que é uma agenda de estudo em expansão que há pouco tempo era negligenciada por parte dos teóricos, por investigarem mais a Câmara dos Deputados. Os dados foram coletados a partir dos Relatórios Anuais da Presidência do Senado Federal (RAP), dos relatórios das reuniões da comissão, e da biografia autodeclarada pelos senadores. Constata-se a participação expressiva da relatoria assumida pelos partidos do PFL/DEM, PSDB, PMDB/MDB e PT; da atuação crescente dos senadores da região Centro-oeste; e de senadores que apresentaram *expertise* prévia profissional com atividades relacionadas ao agronegócio e *expertise* política prévia em cargos no poder Legislativo.

**Palavra-chave:** Relatoria; Ocupação; NEP; IAR; *Outlier*.

### Abstract

This article seeks to characterize the socio-political profile of the rapporteurs of the Commission on Agriculture and Agrarian Reform (CRA) of the Federal Senate between the years 2005 and 2018. The rapporteur is responsible for the quality of the information collected and for the quality of the report of the bills and finding an optimal report among the preferences observed in the commission's plenary. Furthermore, this work is intended to contribute to the understanding of the Brazilian commission system, as empirical data point to the growing participation of commissions in the legislative process, including delegations of final decision power without the consent of the plenary (conclusive/terminative power) and a degree of change (positive power). Also aims to contribute to the understanding of the Federal Senate, since it is an expanding study agenda that was recently neglected by theorists for investigating more the Chamber of Deputies. The data were collected from the Annual Reports of the Presidency of the Federal Senate (RAP), from the reports of the committee meetings, and from the biography self-declared by the senators. There is an expressive participation of the rapporteur ship assumed by the parties of the PFL/DEM, PSDB, PMDB/MDB and PT; the growing performance of senators from the Midwest region; and of senators who presented previous professional expertise with activities related to agribusiness and previous political expertise in positions in the Legislative power.

**Keywords:** Report; Occupation; NEP; IAR; *Outlier*.

---

<sup>1</sup> Mestrando em Ciência Política pela Universidade Federal do Pará (PPGCP-UFPA). Membro do Grupo de Pesquisa "Instituições Políticas: Processo Legislativo e Controle". Bolsista CNPq. E-mail: [rodrigueswesleysf@gmail.com](mailto:rodrigueswesleysf@gmail.com).

<sup>2</sup> Doutor em Ciência Política Pela Unicamp. Professor do Programa de Pós-Graduação em Ciência Política (PPGCP) e da Faculdade de Ciências Sociais (FACS) da Universidade Federal do Pará (UFPA). Coordenador do Grupo de Pesquisa "Instituições Políticas: Processo Legislativo e Controle". E-mail: [bruno.rubiatti@gmail.com](mailto:bruno.rubiatti@gmail.com).

## Resumen

Este artículo busca caracterizar el perfil sociopolítico de los relatores de la Comisión de Agricultura y Reforma Agraria (CRA) del Senado Federal entre los años 2005 y 2018. El relator es responsable de la calidad de la información recabada y de la calidad del parecer de los proyectos de ley, y encontrar un parecer óptimo entre las preferencias observadas en el pleno de la comisión. Además, este trabajo tiene como objetivo contribuir a la comprensión del sistema de comisiones brasileño, ya que los datos empíricos apuntan a la creciente participación de las comisiones en el proceso legislativo, incluidas las delegaciones del poder de decisión final sin el consentimiento del plenario (poder concluyente / terminativo), y un grado de cambio (poder positivo). También pretende contribuir al entendimiento del Senado Federal, ya que es una agenda de estudio en expansión que recientemente fue descuidada por los teóricos por investigar más la Cámara de Diputados. Los datos fueron recolectados de los Informes Anuales de la Presidencia del Senado Federal (RAP), de los informes de las reuniones de las comisiones y de la biografía autodeclarada por los senadores. Hay una participación expresiva de la relatoría asumida por los partidos del PFL / DEM, PSDB, PMDB / MDB y PT; el creciente desempeño de los senadores de la región del Medio-oeste; y de senadores que presentaron experiencia profesional previa en actividades relacionadas con la agroindustria y experiencia política previa en cargos del Poder Legislativo.

**Palabras clave:** Informe; Ocupación; NEP; IAR; Outlier.

## 1. INTRODUÇÃO

Conforme Freitas (2016) e Santos e Almeida (2005), a relatoria é um cargo chave na comissão, por exercer o poder de coletar informações sobre as propostas legislativas, por admitir as emendas sugeridas pelos demais parlamentares, por poder colocar emendas próprias e impetrar substitutivos. Portanto, o relator é o parlamentar que se torna especialista acerca dos projetos de lei e recebe incentivos para utilizar estrategicamente as informações, logo, sofre pressões dos demais atores políticos na arena legislativa. O relator é responsável pela qualidade das informações coletadas e pela qualidade do conteúdo do parecer (SANTOS, ALMEIDA, 2005) e de apresentar um parecer ótimo entre as preferências observadas na comissão (LEMOS, 2008). De acordo com Freitas (2016), as atribuições da relatoria são:

reunir informações e repassá-las aos demais membros da comissão por meio de seu parecer. Cabe a ele também articular a negociação em torno das propostas. Todos os parlamentares têm a oportunidade de apresentar emendas ao projeto, inclusive o relator, o qual, além de emendar o projeto, pode apresentar um substitutivo. Regimentalmente o relator é um ator chave no processo de tramitação de uma matéria (FREITAS, 2016, p. 81).

Os partidos do cartel legislativo (coalizão majoritária) interessam-se em controlar as comissões pela ocupação da presidência e relatoria, pois é uma forma de preservar o conteúdo das propostas legislativas do interesse do partido ou coalizão. Uma forma de controlar as informações que são transferidas para o parlamentar médio em plenário é a ocupação das relatorias pelos partidos da coalizão majoritária que, assim, podem omitir informações importantes ao plenário, a

fim de induzi-lo a decidir pela proposta que seja mais próxima do ponto ideal da própria coalizão (SANTOS, ALMEIDA, 2005).

Assim, por sua importância, este trabalho busca caracterizar o perfil sociopolítico dos relatores da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária (CRA) do Senado Federal entre os anos de 2005 e 2018, ou seja, do início de funcionamento da CRA, em 2005, até a última legislatura completa, englobando no total quatro legislaturas<sup>3</sup>. O período da pesquisa cobre os dois governos Lula, Dilma e Temer.

Optou-se pela CRA pelo seu período de funcionamento: criada em 2005, a CRA surge junto com a maior mudança no sistema de comissões do Senado Federal desde a redemocratização. Nesse ano, foram criadas quatro comissões e extintas duas anteriores<sup>4</sup>. Além disso, sua criação coincide com o crescimento da atuação das comissões no Legislativo brasileiro. Conforme Almeida (2019), evidências indicam o aumento do protagonismo das comissões da Câmara dos Deputados no processo legislativo nos anos 2000, inclusive, com o poder de decisão final sem aquiescência do plenário. Para Almeida (2019), quando a coalizão majoritária do governo é heterogênea – partidos de esquerda, centro, e direita –, é tendência delegar o processo decisório para as comissões, caso dos governos petista, do contrário, coalizão majoritária mais homogênea, a tendência do parlamentar médio em plenário é delegar para a liderança partidária o poder decisório a fim de dirimir os custos de transação imposto pela minoria caso a proposta legislativa seja submetida as comissões, o caso dos governos do Fernando Henrique Cardoso (FHC) e governo Temer.

No mesmo sentido, Rubiatti (2020) aponta que as comissões no Senado são responsáveis por pouco menos da metade das decisões da casa (48,9%) entre 1999 e 2018. Porém, essa participação não é homogênea no decorrer do tempo, sendo que, na 52ª e 53ª Legislaturas, as comissões foram responsáveis por mais da metade das decisões tomadas na câmara alta (59,8% e 56,2%, respectivamente).

Somado a isso, observa-se uma crescente agenda de pesquisa sobre os sistemas de comissões da Câmara dos Deputados (PEREIRA, MUELLER, 2000; MULLER, 2005; RICCI, LEMOS, 2004; ALMEIDA, 2019; VASQUES, FREITAS, 2019) e do Senado (LEMOS, 2008; LEMOS, RANINCHESKI, 2008; ARAUJO, 2017; FERREIRA, 2019; 2021; PEREIRA, 2019;

<sup>3</sup> Dois anos da 52ª Legislatura e as três legislaturas subsequentes completas.

<sup>4</sup> Cabe notar que até então o Senado possuía oito comissões. Em 2005, passa para 10 comissões e, atualmente, conta com 14 comissões. Após 2005, foram criadas comissões em 2007, 2013, 2015, 2017 e 2021, sendo que em cada um desses anos apenas uma comissão foi criada – e a comissão criada em 2015 foi descontinuada em 2017.

SOUZA E SILVA, 2019; RUBIATTI, SOUZA E SILVA, 2020; RUBIATTI, 2020). Dessa forma, este artigo busca contribuir com essa agenda de pesquisa focando no perfil dos relatores da CRA.

Um segundo ponto que motiva a escolha dessa comissão é a relevância dos temas tratados. O regimento do Senado define entre as atribuições da CRA: opinar sobre planejamento, acompanhamento e execução das políticas agrárias e fundiárias, o direito agrário, a agricultura familiar e segurança alimentar, a colonização e reforma agrária, as políticas de investimentos e financiamento agropecuário, o seguro rural e endividamento, por exemplo (RISF, Art.104-B, p. 35-36).

Barbosa (2020, p. 146) nos lembra do extraordinário “milagrinho” econômico em decorrência do “boom das commodities”, na primeira década dos anos 2000, em que o governo Lula foi reconhecido por associar o crescimento econômico com as demandas sociais,

expansão do setor primário exportador permitiu a criação de reservas cambiais com a ampla entrada de divisas via comércio internacional, dando as condições de sustento inicial para suas políticas sociais. No que se refere ao setor agrícola, as atuações diplomáticas e discursivas do presidente se alinharam positivamente aos indicadores econômicos. A participação brasileira na Rodada Doha da Organização Mundial do Comércio (OMC) junto ao G20 comercial atesta a defesa e a importância do setor para o país (BRABOSA, 2020, p. 146).

O “milagrinho” econômico permitiu ao governo Lula dinamizar o mercado interno, pois a partir do crescimento dos preços das commodities, em decorrência das condições externas favoráveis, optou-se por elevar os investimentos públicos, facilitar o acesso ao crédito, a distribuição de renda nas camadas sociais mais baixa, o estímulo ao consumo, “uma nova configuração para um mercado de trabalho formalizado que garantiram o sustento de saldos positivos no desenvolvimento social e econômico do país” (BARBOSA, 2020, p. 146).

Outro ponto, conforme aponta Grisa (2021, p. 559), no governo Lula, houve lançamentos de planos setoriais destinados a grupos sociais específicos, embora não exclusivos, partindo do pressuposto da necessidade de inserir a agricultura familiar nos mercados nacionais e internacionais e, também, melhorar as condições de vida da agricultura familiar. Dentre as principais ações, têm-se o crédito rural como principal instrumento de política agrícola pelo Plano Safra da Agricultura Familiar (PSAF).

Os PSAFs avançaram na criação e aperfeiçoamento de mercados institucionais para a agricultura familiar, por meio de dois instrumentos: o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA), iniciado em 2003, e o Programa Nacional de Alimento Escolar, que instituiu que no mínimo 30%

do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE), destinados ao programa, devem ser empregados na compra de alimentos da agricultura familiar, em 2009 (GRISA, 2021).

O governo Lula criou dois mecanismos nacionais para proteger a produção familiar contra elementos do clima, pragas e doenças, e contra a desvalorização de preços dos produtos financiados: o Seguro da Agricultura Familiar (Seaf) e do Programa de Garantia de Preços da Agricultura Familiar (PGPAF) (GRISA, 2021)

Outrossim, a agroenergia foi um tema incorporado nos PSAFs a partir de 2005/2006, seja por vias de linhas de crédito direcionado para o cultivo à produção de biodiesel e etanol, seja pelo selo “combustível social” cedido pelo Ministério de Desenvolvimento Agrário (MDA) ao produtor de biodiesel que comprar a matéria-prima e assegurar a assistência técnica aos agricultores familiares, auxiliando, em troca, com incentivos comerciais, financiamentos e alíquotas diferenciadas de Programa e Integração Social e o Programa de Formação do Patrimônio do Servidor Público (PIS/PASEP) e Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (Cofins) (GRISA, 2021).

Ademais, observa-se um aprofundamento e sequência das orientações dos governos Lula no primeiro mandato do governo Dilma: estimular a economia, sobretudo a parte da agricultura familiar e melhorar as condições de vida, garantir a renda e oportunidade de consumo para segmentos sociais mais vulneráveis. O Pronaf manteve-se como a política agrícola principal concentrada para a agricultura familiar, cujos recursos liberados elevaram-se de \$16 bilhões no PSAF 2011/2012, para \$24,1 bilhões no PSAF 2014/2015, acompanhando a redução das taxas de juro e a ampliação dos limites de financiamento.

Barros e Castro (2017) ressaltam o agronegócio como um setor estratégico; como nos lembram, esse setor representou próximo de 20% do Produto Interno Bruto (PIB) e empregou 21% da população ocupada em 2015, e representou 46% das exportações de mercadoria. No ano seguinte, o saldo comercial brasileiro foi em torno de US\$ 48 bilhões e caso não seja o agronegócio, haveria um déficit de US\$ 24 bilhões. Ainda, Barros e Castro (2017, p. 158) constata que

o crescimento da produção agropecuária com estabilidade de preços foi e continuará sendo determinante para aumentos do salário real e redução da pobreza, fenômenos que tiveram lugar no período de vinte anos, posteriormente ao Plano Real. De fato, o percentual de pobreza caiu de 35,1% para 13,3% de 1995 a 2014 (BARROS, CASTRO, 2017, p. 158).

Percebe-se que o setor agrícola brasileiro se expõe como uma área crucial para retorno do crescimento e estabilidade econômica do Brasil. Assim, elaborar um estudo acerca da CRA lograse ser promissor, visto que parte das políticas públicas que determinam o status quo das relações

macroeconômicas que permeiam o setor agrícola e agronegócio tramitaram em algum momento pela CRA.

Para atingir seu objetivo, o artigo está organizado em três seções, além desta introdução e considerações finais. Na primeira seção, será discutido o papel das comissões e do Senado no Presidencialismo brasileiros, onde se faz um breve compilado teórico que norteará esta pesquisa. Na sequência, em Dados e Metodologia, será explanado a origem e o modo de tratamento dos dados. Em Resultados, estão as informações coletadas organizadas, descritas e analisadas pelo auxílio teórico. Por fim, nas Considerações Finais, o resumo dos principais resultados alcançados com esta pesquisa.

## 2. COMISSÕES E SENADO NO PRESIDENCIALISMO DE COALIZÃO

Freitas (2016, p. 78) afirma que as comissões exercem um significativo poder positivo, ou seja, alta capacidade de realizar alterações às propostas legislativas que tramitam na comissão e, embora o Legislativo e Executivo possam recorrer ao pedido de urgência e dispensar a participação das comissões no processo decisório, o que ocorre de fato é o pedido de urgência ser utilizado como um artifício para otimizar o processo legislativo, quer dizer, conduzir o projeto de lei para ordem do dia após ter passado por todo o processo ordinário nas comissões. Para a autora,

ainda que as comissões não tenham poder negativo, o poder destacado do legislador deve ser o propositivo. No Brasil as comissões possuem fortes poderes positivos. As comissões, enquanto corpo coletivo, podem pedir urgência para seus projetos, podem emendar projetos em plenário mesmo quando o que for ser votado seja sua redação final, podem propor projetos, emendas ao orçamento, entre outras atribuições e prerrogativas (FREITAS, 2016, p. 79).

Rubiatti (2020)<sup>5</sup> detalha que houve um estabelecimento de um equilíbrio na participação do processo decisório entre o plenário do Senado e as comissões: embora o plenário decida um pouco mais da metade dos projetos, as comissões alcançaram uma participação de 48,9%. Contudo, Rubiatti (2020) destaca que

essa participação das comissões varia de acordo com a legislatura analisada. As duas primeiras legislaturas (1999-2002 e 2003-2006) mostram uma maior preponderância da atuação do plenário, mas esse quadro muda nas duas legislaturas seguintes, onde as comissões passam a ser responsáveis por mais da metade das decisões tomadas na câmara alta (RUBIATTI, 2020, p. 15).

---

<sup>5</sup> Rubiatti (2020) trabalhou com os Projetos de Lei, Projetos de Lei Complementares e Projetos de Emendas Constitucionais votados no Senado Federal, somando 6.493 projetos deliberados. No período entre 1999 e 2018. Abrange os governos FCH II, Lula I, Lula II, Dilma I, Dilma II e Temer.

Outrossim, nota-se que, embora reconheça-se avanços recentes, há ainda uma falta estudos sobre Senado Federal em comparação a Câmara dos Deputados, pois os estudos legislativos se dedicaram mais ao estudo da Câmara dos Deputados, deixando a Câmara Alta em segundo plano. Esse foco na primeira câmara muitas vezes é justificado pela taxa de dominância do Executivo: como o Executivo é o principal proponente dos projetos que efetivamente se tornam leis e como os projetos dele iniciam seu trâmite pela Câmara dos Deputados, o Senado acabaria exercendo o papel de câmara revisora em parte significativa dos projetos de lei efetivamente aprovados. Porém, evidências indicam que Senado não é um mero “carimbador”: há um esforço de proposição de alterações às iniciativas legislativas por ele revisadas (emendas e substitutivos), além de exercer uma forte retenção desses projetos de lei, porém não se posicionando como uma casa obstrucionista, já que mais da metade das propostas legislativas continuam seu trâmite bicameral. Em suma, “o Senado qualifica-se como um ponto de veto no regime institucional brasileiro, mas não como barreira intransponível para os projetos oriundos de outros Poderes” (RUBIATTI, 2017a, p. 69).

Além disso, o Senado também apresenta e aprova seus próprios projetos, ocupando também um papel de câmara iniciadora (RUBIATTI, 2014, 2017c). Somado a isso, nota-se que, observando a organização interna do Senado, há traços de uma centralização nas lideranças partidárias, mesmo que em menor grau frente a Câmara dos Deputados (RUBIATTI, 2017b) e, ao observar o comportamento parlamentar da câmara alta brasileira, nota-se alta disciplina partidária nas votações nominais, mesmo que ligeiramente menor que o apresentado na Câmara dos Deputados (MELO, BATISTA, 2012). Assim, torna-se necessário maiores estudos sobre o funcionamento da câmara alta brasileira.

Os estudos do comportamento parlamentar no Brasil tomam como referência os estudos para o Congresso Norte-Americano, isto é, os pressupostos distributivistas (MAYHEW, 2004), informacional (KREHBIEL, 1991) e partidário (COX, MCCUBBINS, 1993). Ressalta-se, entretanto, que para a aplicação dessas abordagens ao Congresso brasileiro deve-se fazer com reservas, tendo em vistas que foram pensados para um arranjo institucional diferente do brasileiro. Para Rocha e Barbosa (2008, p. 96), existe a dificuldade de se caracterizar um padrão de comportamento dos parlamentares aos moldes das teorias positivas, mas é possível constatar que há incentivos para que os parlamentares se comportem ora como distributivistas, ora informacional ou ora partidário.

O modelo distributivista descreve um comportamento individualista dos parlamentares no processo legislativo: seriam auto-interessados e buscariam direcionar recursos ao seu reduto

eleitoral por meio das comissões. Já a informacional afirma que o Legislativo seria um espaço gerador e compartilhador de informação e desenvolvimento da expertise dos parlamentares, ou seja, parlamentares recebendo incentivos para se tornarem especialistas sobre temas específicos em cada comissão, compartilhando a informação gerada com o plenário e diminuindo as incertezas do processo de tomada de decisão. A perspectiva partidária estabelece que as comissões seriam um espaço de promoção dos interesses do partido, em que o líder partidário seria o agente central nas articulações em defesa desses interesses.

De acordo com Mayhew (2004, p. 13-77) o equilíbrio do processo legislativo norte-americano é estabelecido através dos ganhos de trocas via comissões: os parlamentares seriam auto demandantes e ocupariam as comissões cujos temas seriam de interesse do seu reduto eleitoral, isto é, descrevendo um comportamento paroquial-clientelista em que acordos tácitos de não interferência das decisões se estabeleceriam entre as comissões, gerando ganhos eleitorais a todos. Nessa perspectiva, a organização do Congresso norte-americano seria orientada pelos interesses regionais de comissões com preferências homogêneas. Este é, grosso modo, o modelo distributivista.

Diferente de Mayhew (2004), Krehebiel (1991) argumenta que o Legislativo norte-americano não se organizaria simplesmente por interesses regionais e minorias. Para Krehebiel (1991, p. 74), sob a perspectiva informacional, o parlamentar em plenário está em condições de incerteza e, portanto, o Legislativo se organizaria para gerar e compartilhar informações a fim de diminuir as incertezas dos parlamentares em plenário. Ou seja, as comissões seriam esses agentes gerador e compartilhador de informação em que haveria incentivos institucionais para que os parlamentares se interessem em ingressar nas comissões e se tornar especialista – desenvolver a expertise –, visto que é impossível para que o parlamentar em plenário seja bem-informado em todos os temas tratados no Legislativo.

Assim, as comissões seriam compostas por preferências heterogêneas segundo o microcosmo observada em plenário. Os parlamentares em plenário interessar-se-iam também pela qualidade das políticas, sensíveis ao seu eleitorado e opinião pública, do que somente direcionar recursos ao seu reduto eleitoral. O ganho informacional é percebido como um bem coletivo (KREHEBIEL, 1991, p. 84).

O objetivo é gerar informações com menores custos possíveis. Desse modo, é esperado que as indicações às comissões sejam orientadas segundo as expertises prévias dos parlamentares afins com os temas tratados nas comissões. Não é crível que a comissão seja composta por

parlamentares com preferências extremas (outliers), pois suas preferências são distantes da preferência mediana do plenário, gerando informações enviesadas e desconfiança. Mas, ressalta-se que, em situações específicas, são admitidos outliers, desde que os custos da especialização compensem as perdas informacionais (KREHEBIEL, 1991, p. 96).

Para o modelo partidário, diferente das outras duas teorias positivas, o partido é a unidade de análise para o comportamento dos parlamentares. Conforme Cox e McCubbins (1993, p. 99-127), o processo legislativo é organizado por meio dos partidos. O dilema da ação coletiva é superado pelo partido: os parlamentares percebem que individualmente os ganhos de trocas são subótimos, porém, organizando-se em torno dos partidos há o estabelecimento de equilíbrio que gera maiores ganhos para todos: ampliando a capacidade de pressionar governos, controlar a agenda, influenciar as grandes tendências nacionais e, assim, construir uma boa reputação do partido diante da opinião pública, o que repercute na reputação individual do parlamentar.

Nesse sentido, ganha destaque a atuação do líder partidário na coordenação da ação coletiva dos membros dos partidos. Ele exerce a capacidade de punir os parlamentares desleais ao partido e premiar os comportamentos desejáveis, e então, consegue organizar os parlamentares em torno dos interesses partidários. Essa capacidade da líder deriva dos recursos institucionalmente disponíveis ao mesmo. Ademais, o parlamentar recebe incentivos para torna-se o líder partidário e aceitar os custos de organizar o partido, quer dizer, para que ele priorize os interesses coletivos (partido/bancada) em detrimento de seus interesses particulares (COX, MCCUBBINS, 1993, p. 99-127).

Por fim, cabe notar que, na perspectiva partidária, pertencer a um partido majoritário é importante, uma vez que esse partido possui maior controle sobre a agenda, o que possibilita a ele uma maior aprovação de políticas, garantindo uma melhor reputação para o partido. Como “a reputação do partido é um bem coletivo para todos os seus membros, com ela aumenta-se a chance do parlamentar se reeleger, e do partido conseguir novos congressistas” (RUBIATTI, 2019, p. 16). Dessa forma, o partido majoritário conseguiria se manter nessa condição e, com isso, controlar as indicações para os principais postos, reforçando seu controle sobre a agenda política.

Para os pressupostos distributivistas, a reivindicação de crédito sobre a melhoria local e transferência de recursos (políticas distributivistas) é a peça-chave para elevar as chances de reeleição (MAYHEW, 2004). Enquanto para os pressupostos informacionais, as chances de reeleição estão associadas com políticas bem-informadas (de consequências previsíveis), políticas setoriais e universalistas (KREHEBIEL, 1991). E, para os pressupostos partidários, as chances de

reeleição está relacionado com a imagem do partido, isto é, a atuação do partido no Congresso repercute na imagem individual do parlamentar (COX, MCCUBBINS, 1993). Nas três teorias, as comissões ganham destaque, seja por gerar ganhos de troca (distributivista), gerar e compartilhar informações (informacional) ou permitir o controle da agenda pelo partido majoritário (partidária).

### 3. DADOS E METODOLOGIA

A proposta deste artigo é traçar um perfil sociopolítico dos Senadores que ocuparam a relatoria na CRA. Para tal, foram coletadas informações de pertencimento partidário e estado de origem dos senadores a partir dos Relatórios Anuais da Presidência do Senado (RAP). Para a caracterização da expertise profissional e política, as informações sobre atividade profissional/econômica e cargos políticos eletivos exercidos foram coletados a partir da biografia autodeclaradas pelos senadores.

Do relatório de cada reunião deliberativa, foram identificados os senadores que ocuparam a relatoria de cada projeto. Ao todo, foram contabilizados 61 senadores para 286 iniciativas, incluindo: Projetos de Lei do Senado (PLS), Projetos de Lei da Câmara (PLC) e Projeto de Decreto Legislativo (PDL). Nesses, estão também incluídos projetos de comissões e projetos do Executivo. Com base nesses dados, foi contabilizada a frequência por senador e por partido que assumiu o cargo de relator por projeto e estado de origem.

A CRA é composta por 17 titulares e 17 suplentes, entretanto, se considerar todos os senadores que ingressaram na comissão, e lembrando que no Brasil as comissões não são formadas por autoindicação, mas sim, que as indicações são feitas pelos líderes partidários (FIGUEIREDO, LIMONGI, 2001), a quantidade de senadores por legislatura que atuaram como titulares supera as 17 vagas, por haver uma rotatividade na composição da CRA impulsionada pela atuação dos líderes partidários (FERREIRA, 2019; 2021).

Assim, na 52ª Legislatura, início de funcionamento da comissão, para a vaga de relatoria, foram contabilizados 15 titulares e 6 suplentes, na 53ª Legislatura, 18 titulares e 5 suplentes, na 54ª Legislatura, 16 titulares e 2 suplentes e na 55ª Legislatura, 19 titulares, não houve suplentes assumindo relatorias.

O índice de fragmentação partidária e Número Efetivo de Partidos (NEP) para a CRA e o plenário do Senado foram calculadas segundo os postulados de Laakson e Taagepera (1979), cuja medição expressa o grau de fragmentação em plenário considerando a peso relativo dos partidos. Segundo Nicolau (2011, p. 80), o NEP é calculado a partir da seguinte expressão matemática: NEP

=  $1/\sum P_i^2$ , onde  $P_i$  é a proporção de vagas (ou votos) do partido  $i$ ” – para esse cálculo, foram computados apenas os membros titulares da CRA.

Foi elaborado o Índice de Atividade de Relatoria (IAR). O IAR é uma adaptação do Índice de Atividade Legislativa (IAL), que é a razão do número de projeto por tamanho da bancada do partido em plenário. O IAR é a razão por número de relatorias assumidas pelo tamanho da bancada (apenas membros titulares) do partido na CRA. Ou seja, quanto maior o IAR, é indicativo de que a quantidade de relatorias assumidas foi maior que o número de senadores da bancada na comissão.

#### 4. RELATORES DA COMISSÃO DE AGRICULTURA E REFORMA AGRÁRIA (CRA)

De início, com a tabela 1, nota-se que o grau de fragmentação partidária na CRA está próximo a fragmentação partidária observada no plenário do Senado. Conforme Santos e Almeida (2005), as comissões serão compostas restringidas pela proporcionalidade observada em plenário. O NEP é o indicador da fragmentação partidária que considera a relevância/magnitude dos partidos. É um indicador sobre o sistema partidário, não para partidos individuais. Valores inteiros representam, aproximadamente, o número de partidos importantes conforme a sua magnitude, mas não identificam quais partidos seriam.

**Tabela 1** – Número Efetivo de Partido – NEP, e a fragmentação partidária observada na CRA e Senado a partir dos membros titulares

Legislatura	52 <sup>a</sup>	53 <sup>a</sup>	54 <sup>a</sup>	55 <sup>a</sup>
CRA	5,8	5,9	8,0	7,7
Plenário do Senado	5,8 <sup>6</sup>	6,7	8,0	8,3

Fonte: Relatórios Anuais da Presidência do Senado (RAP) e Rubiatti (2015).

Com a tabela 1, a NEP indica que a CRA descreveu uma trajetória da composição partidária próxima ao que foi observado em plenário do Senado. Destaque para a 53<sup>a</sup> e a 55<sup>a</sup> Legislaturas, em que a fragmentação da CRA ficou menor ao que foi observada no plenário do Senado. Pode-se especular que uma das razões disso é o fato de os líderes partidários, no início de cada sessão legislativa, negociarem a troca de vagas e formarem blocos partidários para a distribuição das cadeiras no sistema de comissões, orientados pelos interesses do partido – próximo aos pressupostos *partidários* (COX, MCCUBBINS, 1993). Por exemplo, o PT pode ter mais interesses nos temas tratados na Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa (CDH) do Senado, enquanto o MDB/PMDB pode ter mais interesse em participar da CRA. Logo, esses

<sup>6</sup> Ressalta-se que o NEP calculado para o plenário da CRA na legislatura 52<sup>a</sup> computa apenas os anos de 2005 e 2006.

partidos podem estabelecer acordos de trocar de vagas entre as comissões ou formarem blocos e distribuírem as cadeiras nas diferentes comissões de acordo com os interesses partidários.

Por fim, essa diferença no NEP da CRA e do plenário pode se dar também porque alguns partidos não tiveram interesse em ocupar a comissão e deixam a vaga ociosa (sem indicação). Dessa forma, a tabela 1 nos mostra que, mesmo com a determinação regimental de proporcionalidade, há espaço para a negociação entre os partidos, direcionadas pelos diferentes interesses de cada um deles pela temática da comissão.

A tabela 2 nos apresenta dois indicadores: 1) a quantidade em porcentagem das relatorias de projetos recebidas por partido e 2) Índice de Atividade de Relatoria (IAR) que expressa a magnitude em que o partido atuou nas relatorias dos projetos. Quando o IAR é alto, é um indicativo que o partido recebeu uma quantidade de relatorias maior do que o tamanho da bancada. Do contrário, quando o número é baixo, é um indicativo que a relatoria foi mais distribuída entre os integrantes do partido.

**Tabela 2 – Distribuição de relatoria de projetos de lei (PLC, PLS e PDL) e Índice de Atividade de Relatoria (IAR), por partido**

<i>Legis.   partido</i>		DEM/ PFL	PSDB	MDB/ PMDB	PT	PDT	PL/PR	PRB	PSB	PTB	PP	PPS	PSD
52 <sup>a</sup>	% de projetos	21,6%	16,2%	24,3%	16,2%	8,1%	5,4%	2,7%	2,7%	2,7%	-	-	-
	IAR	1,33	1,5	1,8	2,0	3,0	1,0	1,0	0,5	1,0	-	-	-
	nº de membros	6	4	5	3	1	2	1	1	1	-	-	-
53 <sup>a</sup>	% de projetos	41,7%	13,9%	20,8%	8,3%	6,9%	4,2%	-	1,4%	2,8%	-	-	-
	IAR	5,0	1,42	2,14	1,20	2,5	1,5	-	1,0	1,0	-	-	-
	nº de membros	5	7	7	5	2	3	-	1	1	-	-	-
54 <sup>a</sup>	% de projetos	3,8%	8,6%	27,6%	3,8%	12,4%	8,6%	-	1,9%	-	33,3%	-	-
	IAR	4,0	1,5	5,8	1,0	6,5	2,25	-	2,0	-	11,66	-	-
	nº de membros	4	6	5	4	2	3	-	1	-	3	-	-
55 <sup>a</sup>	% de projetos	6,9%	5,6%	26,4%	6,9%	9,7%	23,6%	-	-	-	8,3%	2,8%	9,7%
	IAR	5,0	2,0	3,16	1,0	2,33	5,60	-	-	-	2,0	2,0	3,5
	nº de membros	1	2	6	5	3	3	-	-	-	3	1	2

Total de projetos de lei: 286.

Nesta tabela estão contabilizados apenas os partidos que receberam relatoria de projetos.

Fonte: Relatórios Anuais da Presidência do Senado (RAP) e Relatórios das reuniões deliberativas ocorridas na CRA, entre os anos de 2005 e 2018.

Com relação a primeira informação, nota-se que o DEM/PFL, PSDB, MDB/PMDB e PT destacam-se nas duas primeiras legislaturas. DEM/PFL lidera com 41,7% (53ª legislatura). Em compensação, nas duas seguintes, há uma queda na quantidade de relatorias recebidas por esse partido: 3,8% (52ª Legislatura) e 6,9% (53ª legislatura). Também se observa uma queda para o PSDB e PT, porém em menor magnitude. Por outro lado, o MDB/PMDB se mantém razoavelmente estável, variando entre um mínimo de 20,8% (53ª legislatura) e máximo de 27,6% (54ª Legislatura). Outros partidos que merecem destaque são o PP que aparece com um pico de 33,3% (54ª Legislatura) e PL/PR com 23,6% (55ª legislatura).

Todavia, essa maior concentração de relatorias nesses partidos pode estar relacionada apenas com o tamanho de suas bancadas no plenário do Senado e na CRA. Para o plenário, nota-se que, nas legislaturas analisadas, o MDB/PMDB se manteve razoavelmente estável, oscilando entre 23,5% e 26,5% das cadeiras; o PT oscilou entre 13,9% e 16,4%, o PSDB variou entre 13% e 16,4%; já o DEM/PFL apresenta uma queda contínua, saindo de 21,3% e chegando a 5,2%. Assim, nota-se que a variação da representação no plenário da casa não corresponde à ocupação de relatorias, uma vez que não há uma proporcionalidade estrita entre eles: partidos como DEM/PFL apresentam maior participação nas relatorias, mesmo tendo queda constante na sua participação no plenário. Somado a isso, a participação de PT e PSDB nas relatorias está abaixo de sua participação em plenário em várias legislaturas.

Essa diferença pode estar relacionada ao fato de que as indicações para relatorias nas comissões estão limitadas a seus membros, ou seja, não é o tamanho da bancada no plenário que importa, mas sim a presença na comissão. Como apontado anteriormente, a proporcionalidade entre plenário e comissão também não é perfeita: há espaço para negociações entre os partidos e formação de blocos. Assim, cabe observar se há uma proporcionalidade entre a participação dos partidos na composição da CRA e a indicação dos relatores. Ferreira (2019), ao analisar a filiação partidária dos parlamentares que ocuparam a titularidade na CRA, mostra que entre 13,8% e 21,4% dos parlamentares eram filiados ao MDB/PMDB; já o PT, teve entre 13,6% e 17,9% dos parlamentares, enquanto o PSDB obteve entre 21,2% e 7,1%; por fim, o DEM/PFL varia entre 27,3% e 3,4%. As variações na composição da CRA parecem não ser o suficiente para explicar o peso desses partidos nas relatorias. Por esse motivo, formulou-se o IAR como um indicador que pondera a participação do partido na relatoria pelo seu tamanho na CRA.

Com relação ao IAR, se destaca a concentração de relatorias no PP, aproximadamente 11,66 relatorias por senador, seguido pelo PDT com 6,5, e o MDB/PMDB com 5,8, os três na legislatura

54<sup>a</sup>. Outro destaque é o PL/PR com 5,6 relatórios por senador na legislatura 55<sup>a</sup>, e o DEM/PFL com 5,0 relatórios por senador nas legislaturas 53<sup>a</sup> e 55<sup>a</sup>. Grosso modo, o IAR nas legislaturas 52<sup>a</sup> e 55<sup>a</sup> indicam uma distribuição mais homogênea de relatorias por partido, enquanto há uma concentração no DEM/PFL na legislatura 53<sup>a</sup>, e no PP, MDB/PMDB e PT na legislatura 54<sup>a</sup>.

Um ponto importante a se destacar é que DEM/PFL apresentou uma forte atuação na CRA nas duas primeiras legislaturas, embora não tenha feito parte da coalizão<sup>7</sup> petista. Nota-se que, a partir da 53<sup>a</sup>, o DEM/PFL mantém um IAR variando entre 4,00 e 5,00, índice superior ao do PT (que varia entre 1,00 e 2,00), ou mesmo que o PSDB (entre 1,42 e 2,0). Os únicos partidos que apresentam um IAR superior ao do DEM/PFL aparecem nas 54<sup>a</sup> e 55<sup>a</sup> Legislaturas: PP (11,66), MDB/PMDB (5,8), PDT (6,5) e PL/PR (5,6). Assim, pode-se constatar que, mesmo com a queda na sua participação na composição da CRA – e também no plenário –, o DEM/PFL se manteve com forte atuação nessa comissão, uma vez que, ponderado pelo seu tamanho, o partido sempre se manteve entre os mais atuantes. Em suma, é possível apontar que há forte interesse do partido por essa temática.

Por outro lado, o PT – partido do governo na maior parte do período – mostrou-se pouco atuante na comissão, seja observando sua participação no total de relatórios, seja pela participação ponderada mostrada pelo IAR. Com esse cenário pode-se especular que o partido governista não demonstrou tanto interesse em atuar na CRA. Contudo, para reforçar essa hipótese, seria necessário realizar um *cross-case* com outras comissões permanentes no Senado no mesmo período de recorte dos dados. Por exemplo, na CDH, o PT assumiu 48,8% das relatorias (na CRA, o PT assumiu 7,3%), enquanto DEM/PFL, MDB/PMDB e PSDB, assumiram, respectivamente, 2,5%, 6,8% e 6,3%, dados globais de 2005-2018 (SILVA, RUBIATTI, 2021, p. 440).

Todavia, não se pode afirmar aqui que a coalizão não apresentou interesse em controlar as relatorias na CRA: partidos como o MDB/PMDB, PP, PL/PR e PDT fizeram parte de coalizões durante esse período e tiveram forte atuação nas relatorias da CRA em diferentes momentos. Assim, pode-se sugerir que, para o PT, outras políticas, tal como as políticas sociais, são mais importantes das que são tratadas na CRA, diferente para MDB/PMDB, PP, PL/PR (membros da coalizão) e DEM/PFL e PSDB (oposição a coalizão petista).

Da mesma forma, podem sugerir que o partido do governo delega aos outros parceiros da coalizão o controle sobre essa área temática. Dessa maneira, podemos observar a distribuição

---

<sup>7</sup> Informações sobre formação de coalizão entre 2005 e 2018 foram fornecidas pelo Centro Brasileiro de Análise e Planejamento (CEBRAP). Para a ocupação dos cargos de titulares da CRA pela coalizão e a distribuição das cadeiras da CRA entre os partidos da coalizão, ver Ferreira (2019; 2021).

ministerial durante os governos do PT para a temática de Agricultura e Reforma Agrária. Nesses governos, a temática se dividia em dois ministérios: Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA) e Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA)<sup>8</sup>. Enquanto o primeiro foi ocupado quase que exclusivamente pelo MDB/PMDB, o segundo esteve sob o comando do PT em quase todo o período. Assim, considerando que a coalizão de governo é um acordo entre partidos, onde o partido formador compartilha o poder sobre políticas públicas com os parceiros da coalizão (FREITAS, 2016) e que as iniciativas do Executivo são feitas também pelos ministros (BATISTA, 2013), pode-se observar que parte da temática da comissão foi delegada para outros parceiros da coalizão, em especial o MDB/PMDB. Isso se reflete também na CRA, onde o MDB/PMDB exerce importante papel nas relatorias, mas outros parceiros de coalizão também o fazem. Em suma, a baixa participação do PT pode significar um maior compartilhamento de agenda com os membros da coalizão<sup>9</sup>.

A tabela 3 apresenta a frequência de relatorias que cada senador recebeu. A importância da tabela 3 é no indicar o grau de distribuição das relatorias por senador. Se mais concentrado em poucos ou distribuído de forma equilibrada entre os senadores na CRA.

**Tabela 3** – Frequência de designação de relatorias por relatores

nº de relatórios	52 <sup>a</sup>	53 <sup>a</sup>	54 <sup>a</sup>	55 <sup>a</sup>
Um	52,4%	36,4%	22,2%	22%
Dois	28,6%	9,1%	22,2%	11%
Três	9,5%	18,2%	11,1%	17%
Quatro	9,5%	13,6%	22,2%	22%
De 5 a 10		18,2%	11,1%	28%
De 11 a 20		18,2%	11,1%	

nº de Projetos: 286

Fonte: Relatórios Anuais da Presidência do Senado (RAP) e dos Relatórios das reuniões deliberativas ocorridas na CRA entre os anos de 2005 e 2018.

Pela tabela 3, observa-se que a relatoria dos projetos foi mais distribuída na 52<sup>a</sup> Legislatura, 52,4% dos senadores que emitiram pareceres, o fizeram sobre um único projeto. Enquanto nas demais legislaturas, esse percentual de um relatório por senador diminuiu. Por outro lado, maiores concentrações em poucos senadores verificam-se na 53<sup>a</sup> Legislatura, 18,2% dos Senadores

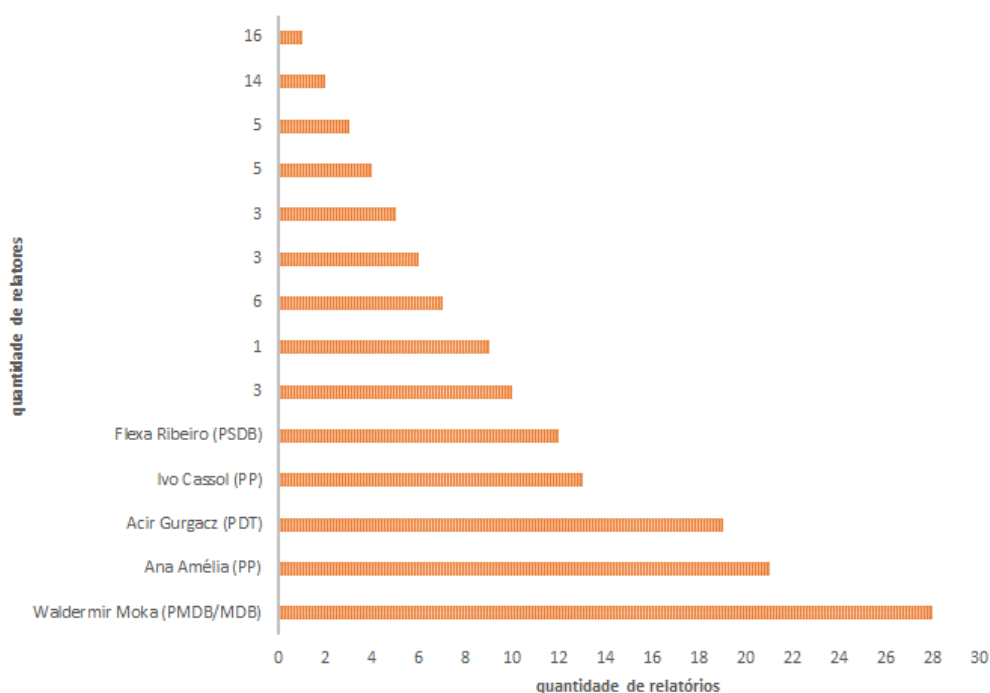
<sup>8</sup> O MDA foi extinto em 2016 com a entrada do governo Temer (MDB/PMDB), após o impeachment da presidenta Dilma Rousseff (PT)

<sup>9</sup> Outra questão é se há clivagens ideológicas orientando os partidos na indicação dos relatores da CRA. Também pode-se questionar se a Frente Parlamentares da Agropecuária está atuando através desses partidos de centro, centro-direita e direita observada na CRA. Porém, esses recortes fogem do escopo desse artigo.

receberem entre cinco e dez relatorias e 4,5% entre 11 e 20 relatorias, e na 54ª Legislatura, onde 11,1% dos Senadores receberam entre cinco e dez e a mesma proporção recebeu entre 11 e 20 relatorias. Lembrando que a distribuição da relatoria é uma prerrogativa da presidência da comissão, considerando a indicação das lideranças.

Complementando essa informação, o Gráfico 1 identifica os *outliers*, ou seja, os senadores que mais receberam relatoria de projetos.

**Gráfico 1** – Distribuição global das relatorias por senador na CRA (2005/18)



Fonte: Relatórios Anuais da Presidência do Senado (RAP) e Relatórios das reuniões deliberativas ocorridas na CRA entre os anos de 2005 e 2018.

Grosso modo, 30 senadores receberam a relatoria de um ou dois projetos. No outro extremo, os *outlier* em destaque estão Flexa Ribeiro (PSDB) com 12, seguido por Ivo Cassol (PP) com 13, Acir Gurgacz (PDT) com 19, Ana Amélia (PP) com 21 e Waldermir Moka (MDB/PMDB) com 28 relatórios recebidos.

Salienta-se que o PP, MDB/PMDB e PDT participaram da coalizão governista petista, quer dizer, por essa perspectiva, mostra-se esforço dos partidos da coalizão em atuar nas relatorias da CRA. Tomando o que foi apresentado na Tabela 1, 2, 3 e no gráfico 1, os dados sugerem que na CRA houve um compartilhamento de poder entre o partido governista com os partidos da coalizão governista, ou seja, como apontado por Freitas (2016), quando o partido do governo estabelece

alianças com outros partidos, é negociada uma agenda de políticas públicas, que passa a ser a agenda de políticas da coalizão governista. Logo, há expectativa que certos partidos da coalizão se interessam em dominar mais certos temas do que outros, o que fica evidenciado quando comparados a ocupação da relatoria entre a CRA e, por exemplo, a CDH10.

Já a persistência da atuação do PSDB e DEM/PFL na CRA, que são oposição aos governos petistas, é causada, dentre outros motivos, pela regra da proporcionalidade que garante espaço para as minorias. Assim, na prática, seria impossível para a coalizão governista ocupar com afinco todas as comissões permanentes do Senado e monopolizar as suas relatorias.

Na tabela 4, estão apresentadas informações acerca da região e do estado de origem dos senadores com relatorias. A importância destas informações é identificar se houve regiões que mais se destacaram na atividade da relatoria na CRA entre os anos de 2005 e 2018. Partindo do pressuposto distributivista (MEYHEW, 2004), que prediz que os parlamentares utilizam as comissões como uma ferramenta para conseguir políticas distributivistas e assim, redirecionar recursos a sua circunscrição eleitoral.

**Tabela 4** – Distribuição regional de relatores

<b>Legislaturas</b>	52 <sup>a</sup>	53 <sup>a</sup>	54 <sup>a</sup>	55 <sup>a</sup>	nº de Estados
<b>Norte</b>	20,0%	30,4%	21,1%	35,7%	7
<b>Nordeste</b>	15,0%	17,4%	5,3%	21,4%	9
<b>Centro-Oeste</b>	30,0%	17,4%	36,8%	35,7%	4
<b>Sudeste</b>	15,0%	17,4%	10,5%	7,1%	4
<b>Sul</b>	20,0%	17,4%	26,3%	21,4%	3

Fonte: Relatórios Anuais da Presidência do Senado (RAP) e Relatórios das reuniões deliberativas ocorridas na CRA entre os anos de 2005 e 2018.

De início, nota-se que a região do Centro-Oeste se destaca em primeiro nas 52<sup>a</sup> e 54<sup>a</sup> Legislaturas, com 30,0%, 36,8%. Na 55<sup>a</sup> Legislatura, o Centro-Oeste e o Norte compartilham o primeiro lugar com 35,7% cada. A região Norte destaca-se em primeiro na 53<sup>a</sup> Legislatura, com 30,4%. Em segundo, temos a região Sul com 26,3% (54<sup>a</sup> Legislatura). Nordeste e Sul em terceiro lugar com 21,4% cada na 55<sup>a</sup> Legislatura.

Os dados sobre a distribuição regional têm por objetivo observar se os senadores de determinadas regiões apresentam interesse especial nessa comissão. Assim, busca-se com essas informações saber se regiões de fronteira agrícola ou com forte presença da agricultura e pecuária

<sup>10</sup> Para a CDH ver Souza e Silva, Rubiatti (2021).

buscariam controlar as relatorias da comissão ou se a distribuição apenas segue a proporcionalidade regional no plenário. Como o Senado é uma casa de representação da federação, suas vagas são divididas igualmente entre os entes federados. Consequentemente, as regiões com maior número de estados também são as regiões com maior número de senadores. Assim, em plenário, a ordem das regiões no plenário é: primeiro o Nordeste (33,3%), seguido da região Norte (25,9%), em terceiro lugar ficam as regiões Centro-Oeste e Sudeste (14,8% cada) e, por fim, o Sul (11,1%). Tendo isso em vista, pode-se notar que a ocupação das relatorias na CRA não segue uma distribuição proporcional: algumas regiões estão sobre-representadas nas relatorias. Por exemplo, apesar de ter 14,8% das cadeiras do Senado, a região Centro-Oeste ocupa sempre um maior número de relatorias, chegando a mais de 30% das relatorias. De forma semelhante, a região Sul também possui uma maior participação nas relatorias da CRA do que no plenário, porém em menor magnitude. Por outro lado, a região Nordeste está sub-representada em todas as legislaturas. Por fim, Sudeste e Norte oscilam, sendo que, na região Norte, há maior sobre-representação nas 53ª e 55ª legislaturas.

Por serem as regiões de fronteira agrícola, com forte presença do agronegócio as regiões Centro-Oeste e Norte teriam, numa perspectiva distributivista, maior presença na CRA e maior controle nas suas relatorias. Em parte, os dados da tabela 4 podem reforçar essa visão. Porém, como já pontuaram Araújo (2008) e Neiva e Soares (2013), os senadores são mais interessados em políticas nacionais do que do âmbito local. Além disso, o Senado brasileiro não apresenta nenhum tipo de órgão de organização territorial, o que prejudicaria o caráter territorial, deixando o eixo da organização interna da casa com os partidos (RUBIATTI, 2017b).

Dessa forma, provavelmente o que impulsiona esses senadores a atuarem na CRA pela relatoria são os interesses por políticas setoriais e difusas, portanto, não restrito a redutos eleitorais. Somado a isso, os senadores não são auto demandantes, mas atuam orientados pelos interesses do partido. Esses dois fatores enfraquecem os pressupostos distributivistas e contribuem mais para os pressupostos informacionais, no primeiro, e partidários, em ambos.<sup>11</sup>

Nas tabelas 5 e 6, estão apresentados a expertise profissional/atividade econômica e experiência política prévia dos senadores que ocuparam a vaga de relatoria na CRA. A importância dessas informações é analisar se os presidentes da comissão, junto com os líderes partidários,

---

<sup>11</sup> Para reforçar essa hipótese, há necessidade de se fazer uma análise de conteúdo das propostas legislativas que tramitam na CRA, se elas são mais direcionadas a distritos eleitorais ou mais setoriais. Porém, essa análise foge ao escopo desse artigo.

tomaram como referência a expertise profissional/atividade econômica e política prévia dos senadores para as indicações da relatoria.

Como pontua Krehbiel (1991), para as indicações das comissões, pode ser levado em consideração a atividade profissional prévia dos parlamentares, uma forma de dirimir os custos da especialização e os custos da incerteza, pressupostos da perspectiva informacional. Segundo Santos e Almeida (2005), para essa indicação, os líderes contrabalanceiam a expertise profissional com a expertise política e lealdade partidária, principalmente quando o partido não possui em seus quadros parlamentares com expertise profissional afins com os temas tratados na comissão (SANTOS, 2002; SANTOS, ALMEIDA, 2005).

**Tabela 5** – Perfil profissional/atividade econômica prévia dos relatores

<b>Profissão   Legislaturas</b>	<b>52<sup>a</sup></b>	<b>53<sup>a</sup></b>	<b>54<sup>a</sup></b>	<b>55<sup>a</sup></b>
<b>Agropecuária/agricultor/pecuarista</b>	9,5%	13,0%	5,6%	16%
<b>Eng. agrônomo/engenheiro/médico veterinário</b>	28,6%	17,4%	11,1%	21%
<b>Empresário/industrial</b>	0,0%	8,7%	5,6%	11%
<b>Administrador/economista</b>	9,5%	8,7%	5,6%	5%
<b>Advogado/Ba. de direito</b>	23,8%	17,4%	22,2%	16%
<b>Professor</b>	14,3%	8,7%	5,6%	16%
<b>Outros</b>	14,3%	17,4%	11,1%	5%
<b>Não declarados</b>	0,0%	8,7%	33,3%	11%
<b>nº Totais</b>	<b>21</b>	<b>23</b>	<b>18</b>	<b>19</b>

Fonte: Relatórios Anuais da Presidência do Senado (RAP) e Relatórios das reuniões deliberativas ocorridas na CRA entre os anos de 2005 e 2018.

As profissões foram organizadas em categorias, isso porque os senadores, por vezes, declaram mais de uma profissão em sua biografia no site do Senado (tabela 5). Assim sendo, observa-se que parte dos relatores apresentavam profissões/atividade econômica prévias relacionados aos temas tratados na CRA. De um lado temos agropecuaristas/agricultor /pecuarista (empregadores) e, de outro, temos eng. Agrônomo/engenheiro/médico/veterinários (funcionários). Em conjunto, tem-se: 38,1%, 30,4%, 16,1% e 37,0% nas 52<sup>a</sup>, 53<sup>a</sup>, 54<sup>a</sup> e 55<sup>a</sup> Legislaturas, nessa ordem.

Outrossim, ressalta a atenção a presença de profissionais relacionados a atividade empresarial-administrativa: empresário/industrial e administrador/economista. Além de professor, advogados/bacharel em Direito. Como coloca Lemos e Ranincheski (2008, p. 91), a profissão de advogado é bem representada na maior parte das democracias ocidentais, como advertem as

autoras citando Weber “a política é uma empresa de interessados e a função dos advogados seria a defesa de um interesse determinado”.

Na tabela 6, se observa grande parte dos relatores já exerceram cargos somente no Legislativo, seja no âmbito municipal, estadual e federal – cargos de vereador, deputados estaduais e federais –, variando em torno de 22,2% (legislatura 54<sup>a</sup>) a 42,9% (legislatura 52<sup>a</sup>). Agora, quando observado em conjunto, Ambos<sup>12</sup> e Legislativos, esse índice sobe: temos 81,0%, 78,2%, 50,0% e 52,6% nas legislaturas 52<sup>a</sup>, 53<sup>a</sup>, 54<sup>a</sup> e 55<sup>a</sup>.

**Tabela 6 – Perfil político prévio dos relatores**

<b>Cargos no Estado   Legislatura</b>	<b>52<sup>a</sup></b>	<b>53<sup>a</sup></b>	<b>54<sup>a</sup></b>	<b>55<sup>a</sup></b>
<b>Legislativo</b>	42,9%	39,1%	22,2%	26,3%
<b>Executivo</b>	4,8%	8,7%	5,6%	10,5%
<b>Ambos (Legislativo e Executivo)</b>	38,1%	39,1%	27,8%	26,3%
<b>S/ experiência ou não declarado</b>	14,3%	13,0%	44,4%	36,8%
<b>nº Totais</b>	21	23	18	19

Fonte: Relatórios Anuais da Presidência do Senado (RAP) e Relatórios das reuniões deliberativas ocorridas na CRA entre os anos de 2005 e 2018.

Quando analisados juntas, as tabelas 5 e 6, os dados sugerem que a expertise política foi mais determinante nas indicações pelos líderes e presidente da CRA do que a expertise profissional/atividade econômica, esse contexto pode ser resultado da falta de parlamentares com expertise profissional/atividade econômica prévia nos quadros dos partidos. Mas, para reforçar essa hipótese, é preciso realizar um estudo de *cross-case* com outras comissões permanentes no Senado para averiguar se as demais comissões apresentam um percentual maior ou menor de expertise profissional/atividade econômica prévia em suas composições. Porém, essa análise foge do escopo deste artigo.

## 5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este artigo buscou identificar os relatores que atuaram na CRA entre os anos de 2005 e 2018. Traçando o seu perfil sociopolítico a partir de informações acerca do pertencimento partidário, estado de origem, quantidade de relatoria recebida por partido, por senador, identificando os *outliers* (aqueles que mais receberam relatorias de projeto do conjunto total), e a

<sup>12</sup> Na tabela 6, são classificados em “Ambos” apenas os parlamentares que ocuparam cargo tanto no Legislativo quanto no Executivo.

*expertise* profissional/atividade econômica e política prévia. Optou-se pela CRA, primeiro, pela longevidade da comissão, período em que cresce a participação das comissões no processo legislativo (ALMEIDA, 2019; RUBIATTI, 2020). Além disso, optou-se por essa comissão pela relevância dos temas tratados que determinam o setor do *agribusiness*, fatia importante do PIB brasileiro.

O estudo concentra-se na atuação da relatoria por ser uma peça-chave nos interesses partidários, é uma forma do partido dominar a qualidade do conteúdo das informações coletadas e a qualidade do parecer emitido pelo relator. É também uma forma de preservar as propostas legislativas de interesse do partido de possíveis alterações indesejadas e utilizar estrategicamente as informações contidas no projeto de lei, a fim de induzir o ponto de preferência do parlamentar médio a aproximar do ponto de preferência ideal do partido da coalizão majoritária (SANTOS, ALMEIDA, 2005).

É um estudo dentro do escopo de estudos do sistema brasileiro de comissão e do Senado Federal. Uma forma de contribuir para o avanço do conhecimento, tanto sobre comissões quanto sobre o Senado, uma vez que ambos foram negligenciados pelos acadêmicos, pois as comissões foram percebidas como pouco relevantes no processo legislativo, por não terem fortes poderes negativos e o Senado foi visto por parte das pesquisas como uma câmara revisora. Contudo, sabe-se que as comissões exercem forte poder positivo (FREITAS, 2016) e o Senado apresenta tanto capacidade de iniciativa, quanto de atuar de forma consistente como câmara revisora (RUBIATTI, 2017a), sendo assim, há uma necessidade de se compreender o funcionamento do Senado para ter uma visão total sobre o processo legislativo brasileiro.

Com relação aos resultados, primeiro: o NEP indica que a fragmentação registrada na CRA seguiu próximo a fragmentação observada no plenário do Senado, indicando que a composição da CRA seguiu a regra da proporcionalidade partidária do plenário do Senado. Porém, essa proporcionalidade não é absoluta: há espaço para negociação entre partidos e formação de blocos partidários para a distribuição das cadeiras nas comissões.

Segundo: DEM/PFL, PSDB, MDB/PMDB e PT dominaram as relatorias nas duas primeiras legislaturas, em conjunto têm-se 78,3%, 84,7%, diminuindo para as duas legislaturas seguintes, 43,8% e 45,8%. Mas, o MDB/PMDB manteve um domínio constante das relatorias, variando de 20,8% a 27,6%. Destaque também para PP (33,3%, 54ª Legislatura), para o PL/PR (23,6%) ficando atrás do MDB/PMDB (26,4%), ambos na 55ª Legislatura. Com o IAR, mostrou-se que a distribuição das relatorias não se vincula apenas ao tamanho do partido, mas sim que há

partidos que exercem grande atividade sobre as relatorias, mesmo que não tenham grande número de membros. Assim, partidos com bancadas menores acabam concentrando número significativo de relatorias. Esse é o caso de partidos como PP, PDT e o DEM/PFL, que mesmo após a queda de sua bancada no Senado, ainda manteve número significativo de relatorias.

A CRA foi utilizada como um instrumento na construção e da agenda da coalizão, pois o MDB/PMDB, seguido do PP, PL/PR, e em menor grau o PT, dominaram as relatorias na comissão. Nota-se que os partidos pertencentes à coalizão acabam por controlar parte significativa das relatorias. Porém, durante os governos Lula e Dilma, não é o partido do governo (PT) que o faz. Nesse sentido, é possível visualizar que o partido do governo compartilhou o controle da agenda na CRA com outros partidos membros da coalizão.

Ressalta-se também a atuação do DEM/PFL e do PSDB, partidos da oposição aos governos petista, reforçando a hipótese do baixo controle do PT nessa comissão. Cabe notar que alguma participação de membros de fora da coalizão nas relatorias é esperada, uma vez que as comissões garantem espaço para a atuação das minorias. Porém, a participação desses dois partidos de oposição na CRA é superior ao esperado, por exemplo, na 53ª Legislatura, esses dois partidos foram responsáveis por mais da metade das relatorias. Isso pode indicar que há forte interesse deles pela temática da comissão, assim como o baixo controle da coalizão sobre a CRA.

Terceiro, à medida que a fragmentação na CRA aumenta, a distribuição das relatorias fica mais concentrada em poucos senadores, destaque para a 53ª Legislatura, 18,2% receberam entre 5 e 10 relatorias e 4,5% (11 a 20 relatorias). E, na 54ª Legislatura, 11,11% (5 a 10 relatorias), e 11,1% (11 a 20 relatorias). Tratando os dados globalmente: 30 senadores receberam relatoria de 1 a 2 projetos, por outro lado, aparecem os *outliers*: com 12 relatorias temos Flexa Ribeiro (PSDB), seguido por Ivo Cassol (PP) com 13, Acir Gurgacz (PDT) com 19, Ana Amélia (PP) com 21 e Waldermir Moka (MDB/PMDB) com 28 relatórios recebidos.

Esses resultados, indicam que há acordos estabelecidos entre os partidos pela atuação dos líderes partidário, posto que são os líderes que fazem as indicações para as comissões e, para o cargo de relatoria, a presidência da comissão é responsável pela indicação, porém há atuação dos líderes partidários nessa indicação. Esse arranjo institucional é próximo aos pressupostos do modelo *partidário*. Contudo, uma alternativa para reforçar essa hipótese é fazer uma análise *cross-case* com outras comissões permanentes do Senado.

Quarto, grosso modo, tomou-se o estado de origem para avaliar as premissas dos pressupostos *distributivistas*. Nota-se que o Centro-Oeste se destaca, seguido do Norte. Essa

participação das regiões pode indicar que há um interesse dos senadores delas em atuar na temática da CRA, devido a própria presença de setores do agronegócio nelas, o que reforçaria uma visão distributivista sobre o funcionamento das comissões. A perspectiva *distributivista* aponta que os senadores ocuparam as comissões cujos temas sejam relevantes ao seu reduto eleitoral e, a partir destas, direcionam as políticas distributivistas; assim, pode-se especular que a CRA seja mais importante para os eleitores do Centro-Oeste e, em menor medida, do Norte. Todavia, os senadores não se autoindicam para as comissões – as indicações são feitas pelos líderes partidários –, sabe-se também que há uma rotatividade na CRA (FERREIRA, 2019; 2021) e, por fim, os senadores se preocupam mais por políticas de abrangência nacional (ARAÚJO, 2008; NEIVA, SOARES, 2013). Logo, os pressupostos *distributivistas* saem enfraquecidos na análise da CRA do Senado Federal.

Por fim, os relatores da CRA apresentaram um relativo grau de *expertise* profissional/atividade econômica prévia, isto é, supondo que agrônomos, pecuaristas, agropecuaristas, engenheiros, eng. agrônomos e médicos veterinários apresentaram *expertises* afins com os temas tratados na CRA. Somados, esses profissionais têm: 38,1%, 30,4%, 16,1% e 37,0% nas 52<sup>a</sup>, 53<sup>a</sup>, 54<sup>a</sup> e 55<sup>a</sup> Legislaturas, o que favorece os pressupostos *informacionais*: comissão compostas por parlamentares com *expertise* relacionada aos temas da comissão a fim de dirimir os custos da especialização e incerteza. No entanto, o destaque reside na *expertise* política: em sua grande maioria, os senadores já exerceram cargos no Legislativo, seja para vereador, deputado estadual ou federal; ao todo, têm-se: 81,0%, 78,2%, 50,0% e 52,6% nas 52<sup>a</sup>, 53<sup>a</sup>, 54<sup>a</sup> e 55<sup>a</sup> Legislatura.

Esses resultados sugerem que os líderes partidários, junto a presidência da CRA, privilegiaram a *expertise* política frente a profissional/atividade econômica. Talvez os quadros dos partidos não apresentaram senadores suficientes com a *expertise* profissional/atividade econômica afins com os temas da CRA, ou então, para o líder partidário, seja menos relevante a *expertise* profissional/atividade econômica e mais relevante a *expertise* política ou mesmo a lealdade partidária. Para confirmar essas hipóteses, seria interessante fazer uma análise *cross-case* com outras comissões permanentes do Senado, a fim de verificar se as demais comissões apresentam mais ou menos *expertise* profissional/atividade econômica prévia com relação aos seus temas. Por fim, também vale destacar a participação significativa de professores, advogados e profissionais relacionados com atividade empresarial-administrativa.

Em suma, a depender do tema da comissão e da importância dela para os parlamentares, a ocupação da comissão seguirá em maior ou menor grau pelo *viés* ora *distributivista*, ora *informativa*, ou *partidário* (ARAÚJO, 2017). A partir das evidências reunidas, os pressupostos *partidários* demonstram ser mais promissores para o entendimento do comportamento dos senadores na CRA. Todavia, está aberta uma agenda de pesquisa para mais investigações por meio das teorias positivas. Por exemplo, para a abordagem *distributivista*, seria interessante fazer uma análise qualitativa dos projetos deliberados na comissão, averiguar se é de um caráter mais difuso ou distributivista, para a abordagem *informativa*, averiguar a quantidade de audiências públicas que cada projeto demandou por política, para identificar se a comissão está gerando e compartilhando informação, se está tomando um comportamento de oposição ou governista, ou ainda, para abordagem *partidário*, averiguar se a variável explicativa lealdade está sendo mais determinante nas indicações dos líderes.

## REFERÊNCIAS

- AGRIPINO, N. E.; MARACAJÁ, K. F. B.; MACHADO, P. A. 2021. Sustentabilidade Empresarial no agronegócio: percursos e implicações nas práticas brasileiras. *Research, Society and Development*, v. 10, n. 7, p. 1-14.
- ALMEIDA, A. 2019. Do plenário às comissões: mudança institucional na Câmara dos Deputados. In: PERLIN, G.; SANTOS, M. L. *Presidencialismo de coalizão em movimento*. Ed. Brasília: Edições Câmara. p. 403-431.
- ARAÚJO, P. M. 2008. A Câmara Alta no presidencialismo brasileiro: o desempenho legislativo do Senado entre 1989 e 2000. In: LEMOS, L. B. (Org.). *O Senado Federal brasileiro no pós-constituente*. Ed. Brasília: Senado Federal. Ed. Unilegis. p. 203-236.
- ARAÚJO, P. M. 2017. Comissões no Senado Federal: perfil social e trajetória política na triagem dos senadores no sistema comissional. *Cadernos da Escola do Legislativo*, v. 19, n. 32, p. 97-138.
- BARBOSA, I. P. 2020. A alta das *commodities* agrícolas e o estabelecimento do milagrinho na economia brasileira do governo Lula. *Revista Conjuntura Global*, v. 9, n. 2, p. 145-161.
- BARROS, G.; CASTRO, N. R. 2017. Produto interno bruto do agronegócio e a crise brasileira. *Revista de Economia e Agronegócio*, v. 14, n. 2, p. 156-162.
- BATISTA, M. 2013. O Poder no Executivo: uma análise do papel da Presidência e dos Ministérios no presidencialismo de coalizão brasileiro (1995-2010). *Opinião Pública*, v. 19, n. 2, p. 449-473.
- BRASIL. Senado Federal. 2021. *Regimento Interno*. Disponível em: <https://www25.senado.leg.br/web/atividade/regimento-interno#/>. Acesso em: 04 de out de 2019.

COX, G. W.; MCCUBBINS, M. D. A. 1993. *Theory of Legislative Parties. Legislative Leviathan. Party Government in the House*. Berkeley: Ed-University of California Press.

FERREIRA, W. R. 2019. Perfil sociopolítico dos membros titulares da Comissão da Agricultura e Reforma Agrária do Senado Federal. *Rev. CAOS*. n. 23, p. 113-138.

FERREIRA, W. R. 2021. Controle partidário da relatoria versus a presidência da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária – CRA no Senado Federal. In.: OLIVEIRA, A. R. A.; NÓBREGA, D. D. R. S.; LIMA, M. S. C. *Democracia, instituições políticas e políticas públicas: estudos do I Congresso de Ciência Política do Nordeste*. Iguatu: Quipá Editora, p. 242-259.

FERREIRA, W. R. RUBIATTI, B. C. 2021. Caracterização da expertise dos senadores membros titulares da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária (CRA) do Senado Federal entre 2005/18. *Anais da Jornada Discente do PPGCP: Desalinhamentos e Reconfigurações: perspectivas plurais no cenário político*, v. 3, n. 1.

FIGUEIREDO, A.; LIMONGI, F. 2021. *Executivo e Legislativo na nova ordem Constitucional*. 2º ed. Rio de Janeiro-RJ: Editora FGV.

FREITAS, A. 2016. Presidente, coalizão e maioria. *O Presidencialismo de Coalizão*. Ed. Rio de Janeiro-RJ: editora Fundação Konrad Adenauer.

GRISA, C. 2021. O agronegócio e a agricultura familiar no planejamento setorial nos governos FHC, Lula e Dilma: continuidades e discontinuidades. *Rev. Estudos Sociedade e Agricultura*, Rio de Janeiro, v. 29, n. 3, p. 545-573.

KREHBIEL, K. 1991. *Information and legislative organization*. Ann Arbor: Ed- University of Michigan Press.

LAAKSO, M.; TAAGEPERA, R. 1979. The 'Effective' Number of Parties: A Measure with Application to West Europe. *Comparative Political Studies*, v. 12, n. 1.

LEMOS, L. B. 2008. O sistema de comissões no Senado brasileiro: hierarquia e concentração de poderes nos anos 1990. In: LEMOS, L. B. (Org.). *O Senado Federal brasileiro no pós-constituente*. Ed. Brasília: edições Unilegis de Ciência Política. Senado Federal. v. 4, p 351-390.

LEMOS, L. B.; RANINCHESKI, S. 2008. Carreiras políticas no Senado brasileiro: um estudo das composições do Plenário e da Comissão de Justiça e Cidadania na década de 1990. In: LEMOS, L. B. (Org.). *O Senado Federal brasileiro no pós-constituente*. Brasília: Senado Federal; Ed. Unilegis. p. 351-390.

MAYHEW, D. R. 2004. *Congress: The electoral connection*. New Haven: Ed-Yale University Press.

MELO, N. M. L.; BATISTA, M. 2012. Diferentes, mas iguais? Padrões de disciplina partidária na Câmara e no Senado. *Revista Política Hoje*, v. 21, n. 1, p. 150-85.

MULLER, G. 2005. Comissões e Partidos Políticos na Câmara dos Deputados: Um Estudo sobre os Padrões Partidários de Recrutamento para as Comissões Permanentes. *DADOS*, v. 48, n. 1.

NEIVA, P. R. P.; SOARES, M. M. 2013. Senado brasileiro: Casa Federativa ou Partidária? *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, v. 28, n. 81, p. 97-115.

NICOLAU, J. 2011. *Sistemas eleitorais*. Rio de Janeiro: Editora FGV. 5ª edição.

PEREIRA, C; MUELLER, B, 2000. Uma teoria da preponderância do poder Executivo. O sistema de comissões no legislativo brasileiro. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, v. 15, n. 43.

PEREIRA, F. S. 2019. Comissões Permanentes e perfil parlamentar: análise sociopolítica das comissões temáticas de fiscalização e controle do Senado brasileiro (1993 - 2018). *Caos - Revista Eletrônica de Ciências Sociais*, s/v, n. 23, p. 56-78.

RICCI, P. LEMOS, L. B. 2004. Produção legislativa e preferências eleitorais na Comissão de Agricultura e Política Rural da Câmara dos Deputados. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, v. 19, n. 55

ROCHA, M. M.; BARBOSA, C. F. 2008. Regras, Incentivos e Comportamento: as comissões parlamentares nos países do Cone Sul. *Rev. Sociologia Política*, v. 16, número suplementar, p. 93-104.

RUBIATTI, B. C. 2014. *Sistemas bicamerais na América Latina: Argentina, Brasil e México*. Campinas. Tese (Doutorado em Ciência Política). Universidade Estadual de Campinas.

RUBIATTI, B. C. 2015. Incongruência e composição partidária no bicameralismo brasileiro. In: CARVALHO, V. R.; MENEZES, M. *Política e Instituições no Brasil*. Teresina: Ed. UFPI.

RUBIATTI, B. C. 2017a. Sistema de resolução de conflitos e o papel do Senado como câmara revisora no bicameralismo brasileiro. *Revista Brasileira de Ciência Política*, n. 23, p. 35-74.

RUBIATTI, B. C. (2017b) Organização interna das Casas Legislativas da Argentina, Brasil e México: estratégias individualistas ou reforço da representação partidária? In: MENEZES, M., JOHAS, B., PEREZ, O. (orgs) *Instituições políticas e sociedade civil*. Teresina: EDUFPI, p. 201-237.

RUBIATTI, B. C. 2017c. O Senado na Produção Legislativa: Brasil e México em perspectiva comparada. In: VISCARA, S. P.; MASSUCHIN, M. G.; SANTOS, S. A. MESQUITA, L. R. HERNÁNDEZ, L. G.; ALMEIDA, H. N. *América Latina em foco: Novas perspectivas de análise sobre a região*. Porto Alegre: ALACIP-Jovem: Terra da Ideia, p. 63-82

RUBIATTI, B. C. 2019. Os Estudos Legislativos no Brasil: Agendas de Pesquisa. *Caos - Revista Eletrônica de Ciências Sociais*, v. 2, n. 23, p. 12-35.

RUBIATTI, B. C. 2020. Para além do plenário: o papel decisório das comissões no Senado Federal Brasileiro. *Revista de Sociologia e Política*. v. 28, n. 75, p. 1-19.

RUBIATTI, B. C.; SOUZA E SILVA, J. N. A. 2020. A Produção Legislativa da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa do Senado. *Revista FSA*, v. 17, n. 4, p. 69-97

SANTOS, F. 2002. Partidos e Comissões no Presidencialismo de Coalizão. *Rev. Dados*, v. 45, n. 2, p. 237-258.

FERREIRA, W. R. S., RUBIATTI, B. C. *Perfil sociopolítico dos relatores na Comissão de Agricultura e Reforma Agrária (CRA) do Senado Federal (2005/18)*. DOI: <http://dx.doi.org/10.5380/recp.v12i2.82662>

SANTOS, F.; ALMEIDA, A. 2005. Teoria Informacional e a Seleção de Relatores na Câmara dos Deputados. *DADOS – Revista de Ciências Sociais*, Rio de Janeiro. v. 48, n. 4, p. 693-735.

SANTOS, F.; ALMEIDA, A. 2011. Fundamentos informacionais do presidencialismo de coalizão. Curitiba: Ed. Appris. p. 19-41.

SILVA, J. N. A. S.; RUBIATTI, B. C. 2021. Quem relata? O perfil dos relatores na CDH do senado federal (2005-2018). *Anais do Simpósio interdisciplinar sobre o Sistema Político Brasileiro e XI Jornada de Pesquisa e Extensão da Câmara dos Deputados*. Rio de Janeiro. Ed. Metrics. p. 433-451.

SOUZA E SILVA, J. N. A. 2019. A Comissão De Direitos Humanos e Legislação Participativa (CDH) no Senado Brasileiro: Um Estudo Sobre Sua Composição (2005-2018). *Caos - Revista Eletrônica de Ciências Sociais*, v. 2, n. 23, p. 79-112.

VASQUEZ, V.; FREITAS, G. 2019. Mudanças Institucionais e suas consequências: uma análise do sistema de comissões brasileiro. *Caos - Revista Eletrônica de Ciências Sociais*, v. 2, n. 23, p. 36-55.